

A AMBIGUIDADE E SEUS DIRECIONAMENTOS NOS TRATADOS LINGÜÍSTICOS

AMBIGUITY AND ITS DIRECTIONS IN LINGUISTIC TREATISES

Marcos Luiz Cumpri¹

RESUMO: Este artigo aborda o fenômeno da ambiguidade por meio de três vértices da linguística. Um primeiro, que se direciona às línguas e que se pauta na distinção entre homonímia e polissemia. Um segundo, que, apesar de estar nas mesmas égides do primeiro, supera a questão meramente dicotômica e aposta num sentido proveniente da relação entre os termos de cada língua. Por fim, um terceiro, que defende a ambiguidade como uma marca da linguagem, rompe com a fragmentação entre léxico e gramática, e investe no sentido como resultado da articulação de vários domínios, cujo centro é a atividade da linguagem.

Palavras – chave: Ambiguidade; Línguas; Linguagem.

ABSTRACT: This article discusses the phenomenon of ambiguity by using three vertices of Linguistics. The first one that is directed to the languages and that is based on the distinction between homonyms and polysemy. The second one that, despite being in the same bases of the first, surpasses the dichotomization and bets in a meaning born of the relationship between the terms of each language. Finally, a third party that defends the ambiguity as language characteristic, breaks with the fragmentation between lexicon and grammar and invests in the meaning as the result of the combination of multiple domains whose center is the language activity.

Keywords: Ambiguity; Languages; Language.

INTRODUÇÃO

Uma parte das ciências humanas¹ se esforça para resolver o problema da significação partindo do pressuposto de que a univocidade é uma busca constante. Outra parte tenta compreender como o dado extralingüístico ajuda a determinar a estrutura da língua (a gramática) e o sentido, por considerar que é pouco provável que se chegue a uma noção verdadeira do sentido sem uma articulação entre gramática e enunciação.

Diz Lyons (1987) que o ambíguo é um sinal que codifica mais de uma mensagem e que a ambiguidade provém de uma imperfeição do falante ou de uma deficiência do sistema

¹ Doutorando em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista, SP, Brasil
marcoscumpri@yahoo.com.br

da língua. A seu modo, esse pensamento dá suporte às abordagens linguísticas que apontam para a necessidade de criar tipologias da ambiguidade e dicotomizar a questão estipulando fenômenos como a polissemia e a homonímia. Nesse contexto, nascem reflexões como as de Bechara (2004) e Rocha Lima (2005), que se fixam nas unidades das línguas.

Por outro lado, emerge, ao mesmo tempo, a concepção de um caráter positivo para a ambiguidade por acreditar-se que ela é uma característica fundamental da linguagem e que lhe dá seu movimento necessário. É o que comumente vemos defenderem as correntes discursivas e enunciativas da linguística, como no caso dos trabalhos de Haroche (1992) e Culioli (1990, 1999a, 1999b).

Com base nessa breve introdução, este artigo objetiva fazer uma retrospectiva sintetizada acerca do fenômeno da ambiguidade ao colocar esses dois vieses em lados contrários, porém, sem deixar de passar pelo legado da semântica de Ullmann (1977), que reconhece a relação entre língua e mundo como determinante na constituição do sentido.

1 A AMBIGUIDADE COMO UM FENÔMENO DA LÍNGUA

Nessa abordagem, a ambiguidade é associada aos fenômenos da conotação e da polissemia. Porém, um primeiro paradoxo emerge. Quando um termo polissêmico possui diferentes etimologias nas suas aplicações possíveis, filólogos costumam tratá-lo como duas palavras diferentes. Já os filósofos tendem a compreender esse termo como um só.

Não muito distante dessa polarização, a herança conceptual aristotélica ainda permite que se faça certa distinção entre anfibolia, anfibologia e ambiguidade. Resumidamente, a **anfibolia** é um termo da lógica que se refere a qualquer locução ou proposição de duplo sentido, sendo, neste caso, sinônima de anfibologia. A **anfibologia** é uma forma de ambiguidade do sentido numa construção sintática. **Ambiguidade** refere-se às palavras ou aos termos, **anfibolia** às frases ou as proposições e **equívoco** ao sentido geral.

A validade desta proposta está fundamentada na distinção que o próprio Aristóteles faz em Refutações Sofísticas entre anfibolia e homonímia. Pesando a relação entre anfibolia e homonímia, Aristóteles assume primeiro que ambas são formas de refutação. A homonímia será, portanto, a ambiguidade de palavras e a anfibolia, a ambiguidade de construções (ARISTÓTELES apud LE GOFFIC, 1981).

Apesar de a ambiguidade também poder estar no âmbito do léxico (ambiguidade lexical), as maiores discussões têm sido feitas acerca da ambiguidade dita gramatical (ou

estrutural), a qual é estabelecida a partir do posicionamento dos constituintes dentro do enunciado.

À ambiguidade confinada ao nível lexical atribui-se o problema da plurivocidade de significados que uma mesma unidade lexical pode ter. Como solução, é apontada ou a substituição de tal unidade por outra de sentido semelhante, ou a ampliação do contexto da enunciação. À do nível estrutural atribui-se uma solução não tão simples em virtude dos inúmeros arranjos lexicais que podem culminar numa estrutura enunciativa tida como ambígua.

A tendência em fixar as discussões sobre a dicotomia polissemia/homonímia dão indícios de uma primazia pelos estudos da ambiguidade no âmbito lexical. Observemos o que dizem alguns estudiosos.

Rocha Lima (2005, p. 485-487) apresenta suas considerações acerca da ambiguidade colocando a polissemia e a homonímia no bojo das discussões por ele estabelecidas. Assim, ele a define como a multiplicidade de sentidos imanente em toda palavra que possui estrita dependência do contexto e que tem como resultado a sinonímia. Já a homonímia é descrita por ele como “fator de perturbação da boa escolha das palavras”. Para ele, deveriam ser consideradas homônimas as palavras que têm, coincidentemente, mesma forma, mas origens diferentes.

Bechara (2004, p. 402) apresenta a polissemia e a homonímia como alterações semânticas da estrutura das unidades. Para ele, a polissemia ocorre quando uma só forma (significante) tem mais de um significado unitário pertencentes a campos semânticos diferentes, de modo que cada um desses significados é preciso e determinado. Ao invés de dar um conceito claro de homonímia, o linguista destaca a necessidade de distinguirmos polissemia e homonímia de um lado e variação semântica (o que ele chama de sentido diverso das palavras num contexto específico) de outro.

No que concerne à difícil distinção entre homonímia e polissemia, Bechara (2004, p.403) apresenta alguns critérios (por ele descritos como falíveis) para tal tarefa. São eles: o critério histórico-etimológico, a consciência linguística do falante, o critério das relações associativas e o critério dos campos léxicos.

Essa abordagem segue uma tendência que se restringe piamente a fatores linguísticos, refuta todo e qualquer material extralinguístico (sujeitos, tempo, espaço, contexto, situação) e comunga com a ideia de que a ambiguidade seria um fenômeno que atingiria a língua.

2 ULLMANN E A RELAÇÃO LÍNGUA E MUNDO

Atrelado, prioritariamente, à semântica lexical e declaradamente ao significado apreendido na língua (e não na fala), Ullmann (1977) concebe que o próprio termo **significado** é dos mais ambíguos da teoria da linguagem e considera que morfemas e palavras são dotados de algum tipo de significado que é relevante no significado total da expressão.

O linguista reconhece que o mundo fenomenológico (o não linguístico) é determinante na constituição dos significados e adiciona que alterações de percepções dos objetos são passíveis de ocorrer e que a relação entre nome e sentido é recíproca e reversível. Daí sua concepção de significado da palavra: a relação recíproca e reversível entre o som e o sentido. (ULLMANN, 1977, p. 119)

Sentido lexical seria a informação que o nome comunica ao ouvinte e o nome, por sua vez, seria a configuração fonética da palavra. **Referente**, o acontecimento não linguístico sobre o qual se fala, e **significado**, a relação de reciprocidade e reversibilidade entre palavra e referente (ou coisa).

Um ponto interessante a ser notado é que a língua é vista como um depósito do mundo exterior, que é guardado de modo diferente em cada língua, que, por sua vez, o analisa, fragmenta e classifica à sua maneira. Tal pensamento condiciona esse mundo a reconhecer que o significado depende da relação entre referente e nome.

Algo que nos parece importante salientar é que apesar do reducionismo do conceito de palavra ao de signo, amplia-se o conceito de linguagem por se considerar que as palavras estão associadas umas às outras por terem propriedades em comum, seja pelo som, seja pelo sentido, seja por ambos concomitantemente.

Ullmann (1977) simpatiza, em alguns pontos, com os pensamentos de Wittgenstein (1999) - o qual aposta radicalmente na ideia de que o significado de uma palavra é atribuído de acordo com o seu uso na língua e o define em termos contextuais - e acrescenta que seu postulado bem serve como um complemento válido da teoria referencial.

Tais constatações são úteis à semântica na medida em que direcionam o olhar do linguista ao fato de que o significado de uma palavra é reconhecível por meio do estudo de seu uso:

O investigador deve começar por reunir um número adequado de contextos e abordá-los com espírito aberto, permitindo que o significado ou significados brotem dos próprios

contextos. Uma vez concluída esta fase, pode passar com segurança para a fase “referencial” e procurar formular o significado ou significados assim identificados. (ULLMANN, 1977, p. 140)

A seguir resumiremos a atenção individual que Ullmann (1977) dá à polissemia e à homonímia.

2.1 A polissemia

Ullmann (1977) após afirmar que a polissemia é um traço fundamental da fala humana, apresenta cinco fontes de sua incidência. São elas:

(i) A mudança de aplicação (de emprego) - Ela se relaciona às diferenças aspectuais que são dependentes do contexto de uso. Como destaque, há o caso dos adjetivos cujos significados variam de acordo com o substantivo que qualificam. Por exemplo adjetivos como *infantil*, em português, que tem sentidos diferentes associados ao termo *vacinação* e ao termo *homem*. No primeiro caso é tipificador, no segundo é qualitativo. Outro exemplo é o qualificador *ordinário*, que tanto tem uma acepção asséptica (*ordinário* = aquilo que está na ordem habitual das coisas) quanto pejorativa (*ordinário* = grosseiro, vulgar).

(ii) Especialização num meio social - esse tipo retoma a ideia de que a mesma palavra pode assumir sentidos especializados, dos quais um só será aplicável em um determinado meio. Por exemplo, para um linguista, forma está ligada à língua, para um fisiologista, ao corpo, para um artista, aos contornos de sua obra e assim por diante.

(iii) Linguagem figurada – Esse tipo ocorre quando uma palavra assume outros sentidos (metafóricos) sem perder o seu sentido original. No português, o termo *diabo* demonstra isso, pois pode se referir ao anjo que desafiou Deus (O Diabo tem várias facetas), a alguém bravo (Acordou com o Diabo, hoje), a alguém feio, a alguma situação de espanto (Que diabo é isso?), além de ser o nome de uma máquina usada para desfiar lã (O Diabo necessita reparos).

(iv) Homônimos reinterpretados – Ocorre quando duas palavras têm som idêntico com significados não muito diferentes, o que as condiciona a serem entendidas como uma mesma palavra com dois sentidos. No português, esse fenômeno é comum no que se refere

aos estrangeirismos. A palavra *impeachment*, que no inglês significa “impedimento”, ao ser introduzida no português (por meio do uso popular) manteve a mesma materialidade fonológica e um sentido semelhante: “cassação”.

(v) Influência estrangeira – Se dá quando uma língua impulsiona a mudança de sentido de uma palavra noutra língua ao ponto do sentido novo e importado anular, por completo, o anterior.

2.2 A homonímia

Para Ullmann (1977), apesar de menos complexa do que a polissemia, a homonímia se cerca de três causas fundamentais:

(i) A coincidência fonética (homofonia) de duas ou mais formas linguísticas. O português está repleto de casos assim: sexto (número ordinal) x cesto (objeto depositário); são (abreviação de santo) x são (sinônimo de sadio) x são (verbo ser em terceira pessoa do plural no presente do indicativo).

(ii) A divergência semântica decorrente de um distanciamento radical de dois ou mais significados de uma mesma palavra. O termo pupila, em português, é um bom exemplo, pois tanto pode ser (apesar do raro uso) sinônimo de noviça, quanto a abertura do olho que permite a passagem da luz até o cristalino.

(iii) A influência de termos estrangeiros que ao adentrarem uma língua, formam homônimos, por vezes, conflituosos. No português, podemos dar como exemplo os homônimos manga (fruta) x manga (parte da roupa que envolve o braço). No primeiro caso, a origem está na língua indiana malaiala *manga* e, no segundo caso, no latim *manica*.

O próprio Lyons (1977, p. 550) já admitiu que quando se trata de diferenciar polissemia de homonímia, a distinção se complica ao adentrarmos os critérios operacionais de cada um desses fenômenos. E desses critérios, é o etimológico que mais ganha destaque uma vez que é um dos que mais cria problemas.

Assim, critérios etimológicos dão conta até certo nível da análise semântica de uma unidade linguística, mesmo porque muitos termos não podem ter sua derivação histórica recuperada. Do mesmo modo, a semântica que vimos fazendo hoje (lê-se aqui a arraigada em

bases enunciativas e funcionalistas) está pautada em análises sincrônicas, haja vista que o que buscamos é o valor referencial das unidades, o que deixa à margem a pertinência de toda informação histórica.

Quando Ullmann (1977, p. 374) amaldiçoou a homonímia ao dizer que a língua seria um meio mais eficiente sem ela e quando abençoou a polissemia ao dizer que é impossível imaginar a língua sem ela, estava indiretamente reafirmando a relatividade do sentido e a essencialidade do contexto. O seu pecado foi defender que a coincidência de formas cria perturbação como se a polissignificação também não o fizesse. Aliás, é justamente dessa perturbação, que ele insiste em desconsiderar, que depende, como ele mesmo chama, “a ambiguidade como um artifício de estilo”.

3 A AMBIGUIDADE COMO UM FENÔMENO DA LINGUAGEM

O prefácio da obra “Fazer dizer, querer dizer” de Claudine Haroche (1992) traz um texto de Jean-Claude Milner em que se questiona o porquê de se querer separar, na gramática, o dito do não dito, o explícito do implícito, o completo do incompleto.

Nesse sentido, ele aponta que a exigência de desambiguação (determinação) é uma evidência inquestionável. Em suas palavras:

Ela (a exigência) corresponde a uma empresa “prática”, de envergadura, como se pode ver pela pesquisa incessante da linearidade e da transparência, da desambiguação interna da frase. [...] a exigência de determinação representa, também, na gramática, o irreduzível ponto de liberdade e do querer-dizer do sujeito: uma vontade de resistência que subtrai o sujeito à transparência e à linearidade do enunciado, que rompe o laço sintático – propósito lacunar, inacabado, ou, ao inverso, adjunção, digressão... (HAROCHE, 1992, p. 13-14)

O que há aqui é uma crítica ao modelo linguístico que visa ao produto. Aquele modelo em que a linearidade significativa deva prevalecer e se sobrepor ao sujeito e tudo o que ele leva dele à língua: intenções, percepções, injunções, apreciações, etc. Diante de tal embate, abre-se um espaço para o papel do contexto, da alteridade (sobretudo no que se refere à interpretação) e, talvez, o mais importante: da reflexão.

Embora não dê para negar que Haroche (1992) se enviesa por uma linha discursiva de cunho histórico-político, há muita preocupação de base cognitiva e de constituição do sujeito em seu texto. O excerto a seguir traz uma reflexão de ordem antropológica e fulcral para a autonomização do sujeito:

Ela (a automização) traduz incontestavelmente a aparição de uma relação nova entre o texto e o sujeito: entre “determinação” do sujeito pelo texto e o fantasma de um sujeito mestre das palavras e do saber, desenha-se um espaço reflexivo e se instaura uma prática, a da leitura... (HAROCHE, 1992, p. 14)

Essa reflexão coloca a semântica numa bifurcação. De um lado, o estudo dos significados apreendidos pela linguagem e, de outro, o estudo dos significados apreendidos pela herança de mundo. É o subjetivo e o objetivo, o dado e o conquistado, o intra e o extra em relações não dicotômicas.

Haroche (1992) ao interpelar a significação pelo viés da ambiguidade da linguagem segue um caminho confluyente com a perspectiva de Culioli (1990, 1999a, 1999b), a qual entende a significação como dependente da articulação entre o linguístico e extralinguístico e entre as relações estabelecidas entre lógica e subjetividade. Significação e sentido, nessa perspectiva, põem à prova a autonomia do sistema (língua enquanto totalidade) e obrigam a se rever (i) a separação entre diacronia e sincronia, (ii) a noção de valor e (iii) as tentativas de integração entre referência e formalismo do sistema.

Nas palavras da linguista:

[...] colocar o problema da significação, como o do sentido, é querer saber mais sobre o sistema, a língua e os arranjos entre signos; e minimizar, às vezes, a importância do arbitrário do signo pela consideração de fatores exteriores ao sistema – fatores históricos, sociais, ideológicos – para tentar elucidar (parcialmente, sem dúvida, indiretamente às vezes) as origens e os fundamentos do sistema. (HAROCHE, 1992, p. 34)

Uma abordagem que vê a ambiguidade como uma marca da linguagem coloca o sentido como uma conquista, um investimento do sujeito que requer uma oscilação entre o intra e o extralinguístico.

O excerto a seguir comprova isso:

A atividade de produção e de reconhecimento de enunciados se faz sempre entre os sujeitos colocados nas situações às vezes empíricas e ao mesmo tempo ligadas às representações imaginárias do estatuto de alguns sujeitos para remeter ao outro, para remeter a uma sociedade, para remeter ao texto, para remeter aquilo que se poderia chamar de “um discurso intertextual”, esta espécie de discurso ambiente com os valores que estão ligados às palavras. (CULIOLI, 2002, p.92, tradução nossa)ⁱⁱ

Culioli (1999a) fala de um sentido dependente da articulação entre léxico e gramática e crê que uma unidade lexical só se dota de sentido se posta numa relação em que ele passe a

exercer uma função integrativa e que o texto é dependente da unidade lexical. Portanto, a articulação léxico-gramatical pressupõe que haja um sentido interativo e não isolado.

Apesar de, para Culioli (1999a), a linguagem ser dotada de uma plasticidade de uma indeterminação e de uma opacidade ingêntas, conceituar e delimitar ambiguidade, dentro de seus pensamentos é um desafio. Isso porque há um paradoxo de base: o seu conceito de ambiguidade é e não é o mesmo de que tratam estudiosos como Lyons (1977) e Ullmann (1977). Não é o mesmo porque ele aponta suas discussões para a questão da referencialidade enunciativa. É o mesmo porque ele também traz à tona a historicidade das línguas, sobretudo por colocar em análise as cristalizações oriundas da articulação léxico-gramatical.

Haroche (1992) distingue indeterminação e ambiguidade por considerar que a segunda não é sistematizável e classifica a primeira em dois grupos. Um primeiro que seria o da ambiguidade sintática caracterizadora de enunciados completos que teria, ao menos, explicação possível por meio de duas estruturas diferentes. Um segundo que seria o da ambiguidade referencial caracterizadora de enunciados incompletos, o que ocorre com o caso da elipse, por exemplo.

O que nos é de interesse peculiar é que a autora faz menção a um terceiro tipo de ambiguidade, que é o que a aproxima do pensamento culioliano. Trata-se da ambiguidade potencial do discurso, indeterminável, raramente sistematizada e ligada ao caráter elíptico de todo enunciado.

Na verdade, crer nesse tipo de ambiguidade é entender que todo enunciado é incompleto e que o que determina essa ambiguidade é uma questão semântica e não sintática; principalmente se considerarmos que sempre há algo que se pode dizer daquilo que ainda não foi dito. Em outros termos, admite-se que há uma falta de especificação constante em todo ato enunciativo, mesmo que haja teóricos que separem o que seria uma ambiguidade inerente de uma ambiguidade não inerente.

E ao admitirmos que há uma incompletude inevitável nos enunciados, admitimos, também, que a ambiguidade seria inerente à própria linguagem e, por extensão, à língua, de forma que se há imprecisão na linguagem, também o há nas formas, no signo, nas ideias, etc.

Formalmente, Haroche (1992, p. 43) define o terceiro tipo de ambiguidade como inerente às situações da linguagem, de modo que ela estaria mais ligada a um problema de comunicação, a um desvio entre emissor e receptor. Seria, portanto, uma carência dos sujeitos.

Se a linguagem é indeterminada, o sujeito também o é e se imbrica num constante movimento duplo. Um que ele direciona a si mesmo e estabelece sua identidade. Outro que ele se direciona ao outro (o diferente dele) e estabelece uma relação de alteridade, porém ambos com a função de estabelecer uma relação de equilíbrio (a qual também não se daria sem a linguagem, que mais é uma força biológica que o homem tem para se equilibrar do que se comunicar). (REZENDE, 2000)

Independentemente de a ambiguidade ser de ordem cognitiva, pragmática ou intencional (e disso falam muito bem os teóricos da literatura que enxergam a ambiguidade como uma riqueza inesgotável para o humor e a poesia), o contrassenso é que o conservadorismo linguístico a refuta e defende a necessidade de eliminá-la. Haroche é bem ciente desse posicionamento oligárquico:

Todos os autores concordam que a ambiguidade, acidental ou intencional, seja sempre tida como um fato negativo, que é necessário descartar a qualquer preço (ao menos ao nível das declarações de intenção) através de regras, processos de desambiguação, mesmo que seja para responder aos imperativos mínimos de uma gramática [...] (HAROCHE, 1992, p.43).

E mais:

Como podemos constatar, o essencial das discussões gira em torno dos problemas criados pela ambiguidade e conseqüentemente em torno dos meios mais seguros de detectá-la, delimitá-la, para melhor resolvê-la e assim repeli-la. Tais discussões concernem menos ao que se designa de fato, verdadeiramente, por “ambiguidade”, e mais às questões que esta levanta e as razões reais de evitá-la. (HAROCHE, 1992, p. 43)

A premissa é a de que a ambiguidade encapsula uma carência inerente aos sistemas que constituem as línguas naturais e tem como resultado um desvio na comunicação. O problema é que essa premissa coloca a significação numa posição de subordinação à forma e o valor como determinado e estático.

Haroche (1992, p. 47) ainda acrescenta que o encontro da gramática com a psicologia é crucial, pois mostra que a ambiguidade é uma marca da complexidade do ser humano e que é a partir dos processos de desambiguação que é possível pensar na determinação. Para a linguista, “*a análise diacrônica das modalidades de constituição da determinação como a análise sincrônica de seu funcionamento na gramática nos permite entrever a natureza da subjetividade que nela atua.*” (Ibidem, p. 48).

Outrossim, a discussão pode ser aprofundada a um nível filosófico. As noções de determinação (estabilidade) e indeterminação (instabilidade) são recobertas pela ideia do que se tem de finito e infinito, respectivamente. Nesse sentido, a língua seria finita à medida que o léxico é finito, mas seria infinita à medida que a gramática é infinita. Tal constatação nos obriga a reafirmar a necessidade da articulação entre esses dois domínios (o do léxico e o da gramática), pois é essa junção que dá a visibilidade das relações subjetivas. Tanto isso é verdade que a gramática por si só remete o sujeito ao alto grau da indeterminação e o sujeito, por sua vez, remete a gramática a uma determinação (mesmo que provisória) na enunciação.

Assim, a ambiguidade como uma força da linguagem dá voz aos atos da enunciação e da fala, os quais, inevitavelmente, se aportam em fatores extralinguísticos e se constituem a partir de uma falta de especificação e de construção de valores referenciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo abordou uma tríade que se resume a seguir:

Os trabalhos que remetem à ambiguidade e ao fenômeno da língua - Lyons (1977), Bechara (2004) e Rocha Lima (2005) - ficam condicionados ao problema da ambiguidade lexical e deixam de considerar que é da relação do léxico com a gramática que se precisa para fixar um sentido, esteja o sentido encerrado numa sequência fônica de sentido fragmentado (portanto, num termo polissêmico), esteja ele encerrado numa sequência fônica coincidível em forma e /ou som (portanto, num termo homonímico).

O legado de Ullmann (1977) estabelece uma relação recíproca e reversível entre nome e sentido, por ele ter admitido a existência de significados múltiplos e de relações associativas entre as palavras.

Os trabalhos que apontam a ambiguidade para a linguagem – Haroche (1992) e Culioli (1999a) – defendem o seu caráter dialógico com a língua porque o domínio da significação é uma relação complexa dependente do funcionamento. Assim, a língua é compreendida como um sistema aberto em que os enunciados tomam valores referenciais a partir dos sistemas de operação, o que torna esse domínio um processo de construção e reconstrução por meio da atividade da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 37^a ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation - Opérations et représentations*. Paris: Ophrys, Tome 1, 1990.
- CULIOLI, A. *Cognition and representation in linguistic theory*. In: Current issues in linguistic theory, 112. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Company, 1995.
- CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, Tome 2, 1999a.
- . *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, Tome 3, 1999b.
- CULIOLI, A. *Variations sur la linguistique*. Paris: Klincksieck, 2002.
- HAROCHE, C. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- LE GOFFIC, P. *Ambiguïté linguistique et activité de langage*. 1981. 654 pages. These (Doctorat d'Etat) – Département de Recherches Linguistiques, Université de Paris VII, Paris, 1981.
- LYONS, J. *Semantics*. London: Cambridge University Press, vol. 2, 1977.
- LYONS, J. *Língua(gem) e linguística - uma introdução*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1987.
- REZENDE, L. M. *Léxico e gramática: aproximação de problemas linguísticos com educacionais*. 2000. 330f. Tese (Livre-docência). - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2000.
- ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática da língua portuguesa*. 44^a ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- ULLMAN, S. *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1977.
- Wittgenstein, L. *Investigações filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo : Nova Cultural, 1999.

ⁱ Resumidamente, há, de um lado, estudos de base descritivista que excluem a relação entre linguagem e significação por defenderem que essa relação só é analisável extralinguisticamente e por se prenderem à estrutura da língua e; de outro, há estudos baseados em correntes discursivas que articulam linguagem e

significação e que dão pertinência a fatores extralinguísticos na constituição do sentido, inclusive à indeterminação do sujeito.

ⁱⁱ L' activité de production e de reconnaissance d' énoncés se fait toujours entre des sujets pris dans des situations à la fois empiriques et en même temps liées à des représentations imaginaires du status de chacun des sujets par rapport à l' autre, par rapport à une société, par rapport à du texte, par rapport à ce qu' on pourrait appeler «un discours inter-textuel», cette espèce de discours ambiant des valeurs qui sont liées à des mots.

Recebido em : 15/03/2012

Aceito em : 08/04/2012